



Anais da Assembléia

Nº 088

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

Atos da Presidência:

LEI Nº 9.664

DATA: 16 de julho de 1991

SÚMULA: Altera a redação do Art. 1º, da Lei nº 9.443 de 20 de novembro de 1990, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 1º, da Lei nº 9.443, de 20 de novembro de 1990, que passa a ser a seguinte:

Art. 1º - Fica criado o município de Vila Branca, com território desmembrado do município de Cerro Azul, com sede na localidade de Varzeão e com as seguintes divisas e confrontações:

Começa no rio Itapirapuã na divisa com o Estado de São Paulo, seguindo pelo rio Itapirapuã até encontrar o rio Ribeira na divisa distrital entre Cerro Azul e o Distrito de Varzeão, segue pelo rio Ribeira até encontrar o Rio Turvo, seguindo pelo rio Turvo até a divisa intermunicipal entre o Cerro Azul e Castro, segue por essa divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Piraí do Sul, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Jaguaraíva, segue por esta divisa até encontrar a divisa intermunicipal entre Cerro Azul e Sangés, seguindo por esta divisa até encontrar o ponto de partida, o rio Itapirapuã.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.07.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

LEI Nº 9.665

DATA: 16 de julho de 1991

SÚMULA: Altera o Art. 1º da Lei nº 9.299 de 18/06/90, que criou "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o município de Pato Bragado.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Pato Bragado, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, conforme especi-

fica.

- Tem como ponto inicial e final, a foz do rio Branco no lago de Itaipu, antigo leito do rio Paraná. Do ponto inicial, sobe pelo rio Branco até encontrar a desembocadura da sanga Caranchan, sobe por esta até a sua nascente, deste ponto, segue pela linha divisória dos lotes rurais 50, 47, 46 (inclusive), e 51 e 54 (exclusive) do 22º perímetro até alcançar a cabeceira da sanga Biriva, segue pela sanga Biriva até a sua foz no arroio Fundo, desce pelo arroio Fundo até a ponte na estrada Porto Britânia-Margarida, segue por esta até a divisa dos lotes 20 (inclusive) e 19 (exclusive) até o arroio Marreco, desce por este até a sua foz no rio São Francisco, desce pelo rio São Francisco até a sua foz no lago de Itaipu no rio Paraná, pelo Talvegue do rio Paraná até a foz do rio Branco, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.07.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA ATA DA 66.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberto e instalado o segundo período de sessões ordinárias, da 1.^a Sessão Legislativa da 12.^a Legislatura.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em nome da Presidência, da Mesa Executiva da Assembléia, nós queremos desejar aos Srs. Parlamentares as boas-vindas, e que a produtividade que esta Assembléia demonstrou no primeiro semestre, se repita no segundo, para o engrandecimento do Legislativo do Estado do Paraná.

Esta Presidência declara empossado no cargo de Deputado o Sr. Deputado Nilton Servo, na qualidade de suplente do Sr. Deputado João Iensen, licenciado para tratamento de assuntos particulares. Está dispensado o Sr. Deputado da prestação de compromisso, por já ter feito quando assumiu pela primeira vez este Poder, na qualidade de suplente de Deputado.

Em nome de toda a Assembléia, nós queremos também, neste momento, cumprimentar o Tribunal de Justiça do Paraná, que hoje completa o seu centenário. E esta Casa se faz representar pelo seu Presidente, Deputado Anibal Khury.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 36 e 38/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 152, 201, 204, 209 a 211, 213 e 224/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e um, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Nelson Justus, comparecendo os seguintes Deputados; Nelson Justus, Heinz Georg Herwig, Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo e Nelson Garcia. Da pauta-deliberação sobre os pareceres do Sr. Relator Cleiton Bordini Crisóstomo, aos projetos de Lei números, 222/91, 234/91, 235/91, 236/91 214/91, 233/91, 223/91, os quais foram

Curitiba, quinta, em 01.08.91

aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente e demais Deputados presentes à reunião e por mim, Betina Treiger Grupenmacher, secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 20.06.91.

(aa) NELSON JUSTUS;

NELSON GARCIA;

CLEITON KIELSE BORDINI CRISÓSTOMO;

HEINZ GEORG HERWIG

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e um, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Nelson Justus, Heinz Georg Herwig, José Durval Mattos do Amaral, Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo e Albino Corazza Neto. Da pauta-deliberação sobre o parecer ao projeto de lei n.º 136/91 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1992 do Sr. Relator, Dep. Heinz Georg Herwig. Por decisão da maioria dos membros desta comissão resolveram aprovar o parecer do Sr. Relator Dep. Heinz Georg Herwig, na forma do substitutivo geral, que faz parte integrante da presente ao qual foram incorporadas as emendas apresentadas, de acordo com o entendimento havido entre as lideranças dos partidos e o Poder Executivo, estando portanto, em condições de ser levado à apreciação em Plenário. Nada mais havendo a ser deliberado o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos e o esforço empreendido pelos membros desta Comissão, principalmente pelo Relator, na elaboração do substitutivo geral, aprovado nesta reunião. Assim sendo, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente e demais Deputados presentes à reunião e por mim Betina Treiger Grupenmacher, secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 24.06.91

(aa) NELSON JUSTUS;

NELSON GARCIA;

CLEITON KIELSE BORDINI CRISÓSTOMO;

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL;

HEINZ GEORG HERWIG

BETINA TREIGER GRUPENMACHER.

Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 136/91
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

P A R E C E R:

Atendendo dispositivo de ordem constitucional, o Exmo. Sr. Governador do Estado, encaminhou à deliberação desta Assembléia Legislativa projeto de lei, visando concretizar em Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O envio obedeceu o prazo definido no art. 22, II, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Paraná, havendo o intuito de atender as disposições do § 3°, do art. 133, da Lei Fundamental do Estado.

Analisando o projeto nas comissões de Constituição e Justiça e Finanças, recebeu, em ambas, pareceres favoráveis.

Nesta Comissão de Orçamento, como determina o § 2°, do art. 134, da Constituição Estadual, foram abertos prazos para apresentação de emendas, tendo sido protocoladas, tempestivamente, 11 (onze) emendas.

Como a princípio o plano de lei não atendidos os requisitos consubstanciados no § 3°, do art. 133, da Lei Estadual, através deste Relator e do Sr. Presidente, desta comissão, foram iniciadas entabulações e discussões, com o objetivo de suprir, um mínimo, e que viesse possibilitar uma efetiva participação dos Membros do Legislativo, na deliberação para definição de metas e prioridades na ação a ser implementada pelo Governo, no exercício de 1992.

Destas entabulações e discussões efetivadas com setores específicos do Executivo, com as Lideranças dos partidos nesta Casa e com outros setores representativos da sociedade, ficou patente um elenco de dificuldades que se punham como óbices para que se atendesse, na sua totalidade, os pressupostos constitucionais definidos para a matéria.

A conclusão de todas as demarches e ajustes se encontram no SUBSTITUTIVO GERAL que ora apresentamos.

O Substitutivo ora composto, além de concretizar o definido nos entendimentos, também vem de incluir parte do pretendido pelas emendas apresentadas, e por assim o ser, as mesmas ficam, individualmente, desprovidas.

Ante ao exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 136/91, na forma do Substitutivo ora proposto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.06.91

PROJETO DE LEI N° 136/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos do Estado relativo ao exercício financeiro de 1992.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes

Art. 1° - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1992.

Art. 2° - As metas e as prioridades da Administração Pública Estadual para 1992 serão aquelas constantes no Plano Plurianual, relativo ao período de 1992 a 1995, a ser encaminhado para apreciação da Assembléia Legislativa até 30 de setembro de 1991, para dar cumprimento ao disposto no item I do artigo 22 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

§ 1° - Quando do exame da Lei Orçamentária não será vedado à Assembléia Legislativa a apresentação e apreciação de emendas aos projetos de lei do Plano Plurianual e do Orçamento.

§ 2° - As alterações, efetivadas no Plano Plurianual determinarão a consequente compatibilidade do Orçamento Anual, atendendo o disposto na Constituição do Estado, e na presente lei.

Art. 3° - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas, obedecendo os seguintes percentuais:

ÓRGÃO	LIMITE %
CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	
. Governadoria	15.00
. Secretário Especial da Política Habitacional	15.00
. Secretário Especial do Esporte e Turismo	2.00
. Secretário Especial para Assuntos do Meio Ambiente	4.00
. Ouvidor Geral do Estado	0.50
Procuradoria Geral do Estado	1.00
Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral	4.00
Adm. Geral do Estado- Recursos sob Supervisão da SEPL	15.00
Secretaria de Est. da Comunicação	3.00
Secretaria de Est. da Administração	8.00
Secretaria de Estado da	

Fazenda	15.00
Adm. Geral do Estado - recursos sob Supervisão da SEFA	4.00
Secretaria de Est. da Agri- cultura e Abastecimento	12.00
Secretaria de Est. da Cul- tura	4.00
Secretaria de Est. do De- senvolvimento Urbano	10.00
Secretaria de Est. da In- dústria e do Comércio	8.00
Secretaria de Est. da Saú- de	20.00
Secretaria de Est. da Se- gurança Pública	20.00
Secretaria de Est. do Tra- balho e Ação Social	4.50
Secretaria de Est. da Jus- tiça e da Cidadania	10.00
Secretaria de Estado dos Transportes	24.00
Ministério Público	1.00

Art. 4° - No projeto de Lei Orçamentária as receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços vigentes em maio de 1991.

§ 1° - As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão estimadas segundo a taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1991.

§ 2° - Os valores de receita e despesa apresentados no projeto da Lei Orçamentária serão corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão da variação do índice oficial de inflação no período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 1991, explicitando-se os critérios adotados, dando ciência prévia à Assembléia Legislativa.

Art. 5° - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro 1991, em especial:

I - Consolidação da Legislação relativa ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS;

II - Concessão e redução de isenções fiscais;

III - Revisão das alíquotas dos tributos de competência estadual;

IV - Aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Art. 6° - As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta e indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e en-

cargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 7° - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8° - Fica vedada aos Órgãos da Administração Direta ou Indireta a previsão de recursos orçamentários destinados à concessão de subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

CAPÍTULO II

Do Orçamento Fiscal

Art. 9° - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual.

§ 1° - Compreende-se no Orçamento Fiscal as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgão de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

§ 2° - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Assembléia Legislativa, sendo que o montante dos recursos não poderá ser superior a três por cento da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, de conformidade com o artigo 138 da Constituição Estadual.

§ 3° - O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, sendo que o montante de recursos a ele destinado não poderá ser superior a seis por cento da receita geral do Estado, excluídos os precatórios, as operações de crédito e participações nas transferências da União, de acordo com o parágrafo 1° do artigo 98 da Constituição Estadual.

Art. 10 - Na elaboração do Orçamento Fiscal serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta lei.

Art. 11 - Nas despesas com pessoal e encargos sociais deverá ser observado o previsto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal e da Estadual, respectivamente.

Art. 12 - As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizados serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 13 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de dívida, precatórios judiciais, contrapartida de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 14 - Nas despesas com serviços da dívida, exceto a mobiliária, deverão ser consideradas apenas as operações contratadas ou com prioridade e autorizações concedidas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Art. 15 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual destinados ao atendimento de outras despesas correntes e de capital, exclusive serviços da dívida, deduzidas as vinculações legais constantes dos artigos 98, 138, 185 e 205 da Constituição Estadual, do artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 13 desta Lei, terão como fator limitador o grau de prioridades estabelecidas em lei.

CAPÍTULO III

Do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 16 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.

CAPÍTULO IV

Do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista

Art. 17 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado juntamente com a respectiva programação orçamentária global, compreendendo suas receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 18 - Na Lei Orçamentária Anual para 1992, a discriminação da despesa para os Orçamentos do Estado, será apresentada conforme o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos Sociais
- Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

Outras Despesas de Capital.

Art. 19 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesa, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 4º desta Lei.

Art. 20 - No decorrer da execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder à correção dos valores constantes dos orçamentos, por critérios que vierem a ser estabelecidos mediante comunicação prévia à Assembléia Legislativa.

Art. 21 - Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, parágrafo 9º e 192 da Constituição Federal, as programações das despesas de caráter administrativo dos Bancos Estaduais e de suas empresas vinculadas integrarão o projeto da Lei Orçamentária.

Art. 22 - Na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 23 - Na elaboração do orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista e do Orçamento Próprio da Administração Indireta, deverão ser observadas as disposições que trata esta lei.

Art. 24 - Não se admitirá, no projeto de Lei Orçamentária, e no Plano Plurianual emendas que não sejam compatíveis com as disposições do parágrafo 3º, do artigo 134 da Constituição Estadual, o constante da presente lei e fixem despesas sem o correspondente recurso.

Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

PORTARIA N° 074/91

colocar, à disposição da Casa Civil o funcionário JOAO BATISTA FIGUEIREDO, contratado deste Poder, pelo regime CLT, a par-

tir de 01 de abril de 1991, sem ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1991.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.06.91.

PORTARIA N° 075/91

designar, ANTONIO CARLOS BARRETO DE SOUZA, matrícula n° 800, contratado deste Poder, para responder pela Coordenadoria do Cerimonial, durante as férias do titular, de 1° a 30 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 5614, de 17.06.91)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.06.91.

PORTARIA N° 076/91

designar, MAURA REGINA SELEME, funcionária contratada pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para responder pelo Setor de Fisioterapia, da Coordenadoria do Serviço Médico, a partir de 1° de junho de 1991.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.07.91.

PORTARIA N° 077/91

antecipar, para a partir de 1° de agosto do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n° 140-90, referentes ao ano de 1991, a funcionária MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula n° 064, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n° 6310, de 26/06/91)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.07.91.

PORTARIA N° 078/91

1°) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EDGAR TAVORA JUNIOR, matrícula n° 139, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1973, 1974 e 1982, deixadas de gozar;

2°) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n° 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença espe-

cial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5° quinquênio, compreendido entre 28 de fevereiro de 1983 e 28 de dezembro de 1987, antecipado em razão da incorporação das férias relativas ao ano de 1968, contadas em dobro; e, 3°) mandar deixar sem efeito a Portaria n° 66, de 27 de maio de 1986, que contou as férias relativas ao ano de 1984, por já haverem sido concedidas através da Portaria n° 759, de 22 de dezembro de 1983.

(Protoc. n° 5285, de 07.06.91)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.07.91.

PORTARIA N° 079/91

mandar retificar, em seus assentamentos funcionais o nome de TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, matrícula n° 135, aposentada pelo Decreto Legislativo n° 418/78, de 11 de agosto de 1978, para TEREZINHA BARBOSA DE MOURA VARGAS, conforme Certidão de Casamento n° 2434, em anexo.

(Protoc. n° 5183, de 06.06.91)

PORTARIA N° 080/91

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula n° 574, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias de 1969, 1970, 1988 e 1989, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 5641, de 18.06.91)

PORTARIA N° 081/91

conceder, a ROSENI DO ROCIO CANTU, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 20 de maio do corrente ano.

(Protoc. n° 5919, de 24.06.91)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.07.91.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral